

O COMER E A COMIDA: PERCEPÇÕES DE PROFESSORES SOBRE A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Bruna Roniza Mussio

UFFS – Mestrado em Educação

Carla Rosane Paz Arruda Teo

Unochapecó – Mestrado em Ciências da Saúde

Ricardo Rezer

Unochapecó - Mestrado em Educação

Agência Financiadora: não contou com financiamento

RESUMO. A alimentação e a nutrição são fundamentais para o crescimento e desenvolvimento humano. Os aprendizados construídos em idade escolar, incluindo aqueles relacionados à saúde, têm maiores possibilidades de perdurar ao longo da vida. Considerando o espaço privilegiado da escola para os mais diversos aprendizados, ressalta-se a contribuição da alimentação escolar para o desenvolvimento dos educandos e para a adoção de práticas alimentares saudáveis. Diante disso, este texto teve por objetivo reconhecer as percepções de professores acerca da alimentação escolar, discutindo as concepções sobre o papel social e educativo da escola em relação à alimentação. Para tanto, foram entrevistados 36 professores da rede municipal de ensino de três municípios da Mesorregião Oeste Catarinense. As entrevistas continham perguntas abertas sobre o conhecimento e a opinião dos professores a respeito da legislação da alimentação escolar e sobre as relações percebidas entre a alimentação escolar e os processos de ensino-aprendizagem na escola. O produto textual resultante das entrevistas foi analisado e discutido por identificação de categorias de proximidade semântica e da configuração de núcleos de sentidos. Os resultados evidenciaram que a abordagem da alimentação/nutrição na escola ainda parece limitada aos seus matizes biologicistas e prescritivos, indicando pouca reflexão e crítica sobre seus desdobramentos e possibilidades. Conclui-se que podem ser promovidos processos de ensino-aprendizagem ampliados a partir do comer e da comida na escola, propondo-se que, para isso, é preciso avançar na transversalidade conferida ao tema no espaço escolar.

Palavras-chave: Alimentação Escolar. Saúde do Escolar. Processos de Ensino e Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

A alimentação e a nutrição são fatores importantes para o crescimento e o desenvolvimento humanos, especialmente em se tratando da faixa etária escolar, momento do curso da vida em

que há um acelerado processo de maturidade biológica e de desenvolvimento social e motor. Os aprendizados construídos neste período, incluindo o estabelecimento de hábitos alimentares, tendem a perdurar na idade adulta (HOLLAND, 1999).

Ressalta-se que a alimentação na escola, além de contribuir para o desenvolvimento dos educandos e para a adoção de práticas alimentares saudáveis, apresenta papel importante relacionado à redução do absenteísmo e ao aumento do número de estudantes que a frequentam (BOSCHI, 2004).

Não é por acaso, portanto, que o mais antigo programa social do Estado brasileiro na área de alimentação e nutrição foi implementado e é, desde seu início, executado no âmbito da escola (SANTOS et al., 2007). O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), como é chamado, teve sua origem na década de 1940, com marco legal fundado na de 1950 (CHAVES et al., 2007).

Trata-se de um programa universalizado, que tem a equidade por princípio e que visa atender às necessidades nutricionais dos estudantes da educação básica durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, assim como para a formação de hábitos alimentares saudáveis (BRASIL, 2009).

Regido, desde 2009, pela Lei Federal nº 11.947, o Programa tem como sua primeira diretriz a indicação de que seja empregada uma alimentação saudável e adequada na escola. Além disso, a segunda diretriz do Programa inova, ampliando a abrangência da educação alimentar e nutricional ao explicitar que ela deve ser inserida no processo de ensino e aprendizagem, perpassando o currículo escolar e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida:

I - o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica;

II - a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional (BRASIL, 2009, art.2º).

Cabe salientar que, no âmbito do PNAE, considera-se como educação alimentar e nutricional “o conjunto de ações de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional, que objetiva estimular a adoção voluntária de práticas e escolhas alimentares saudáveis” (FNDE, 2013, Art.13).

Esta base legal cria para a escola a responsabilidade de articular o ato de comer com as implicações sociais, culturais e econômicas da comida. Ou seja, coloca em relevo o papel da escola enquanto promotora de estratégias sociais e educativas que permitam que os aspectos tradicionalmente conhecidos da oferta de alimentação na escola passem a sofrer a influência de outra ação, que a torna mais significativa e abrangente. De modo objetivo, sinaliza que a comum prática de comer deve se dar ao mesmo tempo em que a prática de educar para o ato de comer, tanto dentro quanto fora da escola (BARBOSA et al., 2013).

Mais do que isso, argumenta-se que, na escola, podem ser promovidos processos de ensino-aprendizagem a partir do comer, assumindo-se a alimentação como uma expressão de cultura produzida pela humanidade ao longo de sua história.

Considerando que as características dos modos de vida contemporâneos influenciam, significativamente, o comportamento alimentar, com a oferta ampla de opções de alimentos pouco saudáveis, cujo consumo é incentivado por meio de forte apelo midiático, convém problematizar as possibilidades de desenvolvimento da autonomia dos sujeitos na realização de suas escolhas alimentares, que são mediadas por esses fatores (BRASIL, 2012).

É nesta perspectiva que se argumenta em favor de que a educação alimentar e nutricional na escola deve ir muito além de apenas promover conhecimentos em nutrição, sendo necessárias ações integradas que visem à saúde dos indivíduos, superando suas vulnerabilidades a hábitos alimentares pouco saudáveis, envolvendo toda a comunidade escolar.

Nesse ponto, é pertinente colocar em pauta a afirmação de Saviani (2007) de que o sentido da educação é o próprio homem e sua promoção, enquanto processo que o prepare para reconhecer, intervir e transformar sua realidade. Inclusive, a partir de uma perspectiva holística, compreende-se a conduta alimentar como fenômeno social e cultural, historicamente construído pelo homem em seus atos de produzir, reproduzir e transformar a sua existência como ser social (ALESSI, 2006).

No nível do ambiente escolar propriamente dito, existe um conjunto de ações que se propõe sejam desenvolvidas, tais como educação em saúde, educação alimentar e nutricional, oferta de alimentação escolar saudável culturalmente significativa, processo educativo orientado por temas e conteúdos em sintonia com o convívio escolar cotidiano, entre outras.

A escola é um local favorável para a promoção da alimentação saudável, por meio do empoderamento dos seus atores sociais (alunos, professores, pais, diretores, funcionários) e de sua participação na identificação e análise crítica de suas práticas alimentares, visando à elaboração de estratégias de ação que busquem a transformação e melhoria da sua alimentação cotidiana (BARBOSA *et al.*, 2013).

É neste contexto, considerando o papel da escola na direção de viabilizar e qualificar a inserção e a ação do aluno no mundo, tendo como referência a noção de bem comum (GONZÁLEZ; FENSTERSEIFER, 2009), que a escola tem sido um dos espaços mais focados pelas políticas públicas de alimentação e nutrição no Brasil (SANTOS, 2012), conferindo, mais recentemente, especial ênfase ao desenvolvimento de educação alimentar e nutricional neste ambiente.

Nesta lógica, é preciso considerar que os hábitos alimentares dos indivíduos são gerados a partir da realidade concreta do ser social, e que alunos, pais e professores ocupam posições diferentes na realidade do espaço escolar e no meio social. A posição do educador no ambiente escolar, assim como suas concepções, condiciona, em alguma medida, sua ação no cotidiano escolar, incluindo as práticas de educação alimentar e nutricional (BEZERRA, 2009).

Os educadores conhecem e convivem diariamente com os alunos em uma relação simultânea de construção de conhecimento e de troca, motivo pelo qual propõe-se que eles tenham um papel importante na configuração e no estabelecimento da educação alimentar e

nutricional. Para tanto, reforça-se que o conhecimento e a reflexão do educador no âmbito desta temática é essencial (DOMENE, 2008).

Assim, no movimento de ressignificar a alimentação na e a partir da escola, é fundamental que os atores envolvidos no processo educativo explorem e debatam as implicações e as possibilidades que o comer e a comida podem, então, assumir neste espaço.

Nesta perspectiva, este artigo tem como objetivo reconhecer as percepções de professores acerca da alimentação escolar, discutindo, por meio delas, as concepções sobre o papel social e educativo da escola em relação à alimentação.

DESENVOLVIMENTO

O percurso metodológico

Para dar conta do objetivo proposto, foi realizado um estudo qualitativo do tipo transversal nos municípios de Bom Jesus do Oeste, Palmitos e Xanxerê, todos localizados na Mesorregião Oeste Catarinense. O projeto que deu origem ao estudo foi, inicialmente, apresentado aos gestores dos três municípios, obtendo autorização para ser desenvolvido, mediante assinatura de declaração de ciência e concordância das instituições envolvidas. Num segundo momento, o projeto foi submetido para apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa da Unochapecó, do qual recebeu parecer de aprovação (nº 002/2012).

Na sequência, deu-se início ao trabalho de campo, que consistiu de entrevistas a sete professores de Bom Jesus do Oeste, oito de Palmitos e 21 de Xanxerê, todos da rede pública municipal de ensino, compondo-se um grupo de colaboradores de pesquisa formado por 36 professores.

As entrevistas foram conduzidas individualmente pelos pesquisadores em local de escolha dos professores, em data e horário previamente agendados, sendo desenvolvidas por meio de perguntas abertas que versavam sobre o conhecimento e a opinião dos professores a respeito da legislação que rege o PNAE e sobre as relações percebidas por eles entre a alimentação escolar e os processos de ensino e aprendizagem na escola.

Todos os entrevistados foram esclarecidos sobre os objetivos e procedimentos de pesquisa e os que concordaram em participar assinaram termo de consentimento livre e esclarecido, tendo sido rigorosamente respeitados todos os princípios éticos vigentes da pesquisa envolvendo seres humanos.

As respostas obtidas foram descritas e o produto textual resultante deste processo foi analisado e discutido em função da identificação de categorias de proximidade semântica e da configuração de núcleos de sentidos, à luz do referencial teórico, sendo sua análise apresentada no decorrer deste texto, ilustrada por recortes das falas dos entrevistados, identificados pela palavra 'professor' seguida do número sequencial da entrevista.

Percepções de professores acerca da alimentação escolar

Durante as entrevistas, buscou-se identificar o quanto os professores conheciam sobre a legislação que rege a alimentação escolar, principalmente no que tange às questões relacionadas com a educação alimentar e nutricional e com a utilização de alimentos saudáveis, produzidos localmente e que façam parte da cultura alimentar da comunidade. Além disso, os entrevistados foram incentivados a expressar sua opinião sobre a alimentação escolar e sua importância.

Nessa direção, embora tenha sido observado um nível de conhecimento incipiente sobre a legislação que regulamenta o PNAE, entre os professores que participaram do estudo, todos afirmaram considerá-la uma iniciativa positiva, especialmente no que se refere à utilização de alimentos produzidos localmente, pelos pequenos produtores e comerciantes do entorno, tendo sido relatado que

[...] melhora a qualidade da alimentação escolar, né? Com os alimentos mais naturais (professor 5).

Os alimentos chegam mais frescos à escola, e as refeições ganham em qualidade e ficam mais saborosas (professor 17).

Além disso, os entrevistados relacionaram a importância da alimentação escolar a questões de renda, tanto dos estudantes quanto dos produtores locais, como ilustrado a seguir:

Ah, acho que beneficia os produtores locais (professor 1).

[...] incentiva a agricultura do município e a permanência dos agricultores no campo (professor 2).

Complementa a refeição, porque tem muitas crianças carentes (professor 7).

Melhora a capacidade da criança, pois uma criança bem alimentada reflete numa boa aprendizagem, melhor disposição. A grande maioria vem até sem café da manhã e com a alimentação oferecida pela escola fica melhor na sala de aula (professor 28).

Neste caso, cabe a surpresa de que não parece haver um olhar mais crítico sobre a alimentação escolar, sendo ela percebida pelos entrevistados como uma iniciativa 'boa', 'positiva', principalmente porque melhora a renda dos produtores locais e contribui para melhor alimentar os alunos, com reflexos em seu rendimento escolar.

Esclarece-se, nesse ponto, que entendemos por crítica a capacidade de colocar em inspeção as intenções/ações de determinado tema/assunto/proposição, pautado por critérios (do grego *kritérion* pelo latim *criteriu*) de justificação, na direção de qualificar a compreensão acerca do próprio objeto de crítica.

Prosseguindo, exploramos com os professores as relações percebidas por eles entre a alimentação escolar e os processos de ensino e aprendizagem na escola. Nesse âmbito, 26 professores (72,2%) relataram que são desenvolvidos trabalhos na escola sobre a temática da

alimentação/nutrição, tanto pelos próprios professores quanto pela nutricionista da escola, despertando grande interesse por parte dos alunos.

Dentre os entrevistados, 30 (83,3%) ainda afirmaram que a alimentação escolar favorece que a temática da alimentação/nutrição seja cada vez mais presente na escola, citando como exemplos discussões que incluam a perspectiva da economia local e a origem dos alimentos como possibilidades para ampliar o tratamento conferido ao tema.

Contudo, aqui é importante abrir caminho para novas investigações pois, via de regra, as ações desenvolvidas na escola ainda se concentram (e muito) na noção de 'conselhos saudáveis'. Cabe pensarmos nas limitações da abordagem da temática da alimentação/nutrição na escola, caso sejam desconsideradas questões de renda, trabalho, rotina, conhecimento sobre alimentos, cultura, gênero, entre outros aspectos que são determinantes para um processo educativo ampliado.

No âmbito das políticas e diretrizes educacionais, ressalta-se que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) propõem a criação de condições, nas escolas, que favoreçam aos estudantes o acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários ao exercício da cidadania (BRASIL, 1997)

Diante da amplitude do trabalho com questões sociais na escola, os PCN incorporaram temas que guardam relação de transversalidade com as áreas e conteúdos curriculares, assim como com as diversas vivências dos atores sociais no cotidiano escolar. Estes temas foram denominados transversais e se referem às questões da Ética, da Pluralidade Cultural, do Meio Ambiente, da Saúde, da Orientação Sexual e do Trabalho e Consumo (BRASIL, 1998).

O que se propõe, neste texto, é que o tratamento transversal à temática alimentação/nutrição na escola surge como possibilidade de promover aprendizado sobre conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) de forma articulada às questões da vida real e de sua transformação (aprender na realidade e da realidade).

Buscando aprofundar esse debate, perguntamos aos professores se a inclusão destes temas no processo educativo pode representar uma oportunidade para ampliá-lo, momento em que todos os entrevistados concordaram, reforçando que a educação nutricional é uma forma de conscientizar os alunos para que tenham hábitos de consumir alimentos saudáveis.

[...] oferecer alimentos produzidos na comunidade é oferecer produtos de melhor qualidade, com os alunos começando desde cedo a consumir alimentos frescos e naturais (professor 35).

Aqui cabe uma questão nevrálgica nesta discussão. Parece ser consenso que uma alimentação saudável é elemento importante para um bem viver. Se isso parece estar claro no que concerne tanto ao senso comum como ao conhecimento científico, quais os condicionantes históricos que não nos permitem levar adiante pretensões de uma alimentação saudável? O apelo ao consumo, questões de ordem econômica e cultural, entre outros, devem ser analisados com maior cuidado, sob risco de que sejam desconsiderados aspectos fundamentais nas possibilidades desta discussão, especialmente no âmbito escolar.

Segundo a lógica do grupo entrevistado, evidenciada nas falas destacadas, sugere-se que ainda não há uma reflexão mais elaborada sobre as possibilidades de ampliação do processo

educativo a partir, por exemplo, do tema alimentação escolar, restando do processo de análise empreendido até aqui percepções do comer e da comida limitadas à perspectiva biologicista, compatível com práticas prescritivas traduzidas como conselhos alimentares saudáveis.

Estes ‘conselhos’, em última análise, fazem parte de uma concepção de educação em alimentação e nutrição que culpabilizam os sujeitos que não conseguem aderir a eles – e que compõem a maioria da população. Argumentamos que este, talvez, seja um dos mais importantes condicionantes da nossa incapacidade de converter em prática pretensões de alimentação saudável. Se assim for, reforça-se a ideia de que é preciso transformar nossas concepções e práticas de educação alimentar e nutricional.

Os professores também indicaram ser necessário ‘alertar’ os alunos sobre os danos decorrentes de uma má alimentação e sinalizaram uma compreensão de que trabalhar a alimentação no espaço escolar é uma oportunidade para colocar teoria e prática em sintonia no processo de aprendizagem de bons hábitos alimentares nas escolas.

Neste caso, embora munidos de boas intenções, ‘alertar’ é diferente de ensinar e aprender. Sinteticamente, ensinar e aprender se refere à produção de sentidos em comum – ou seja, aprendemos quando vemos sentido naquilo que nos é ensinado. Ao individualizar a possibilidade de lidar com esta discussão no mundo ‘além-escola’, a probabilidade de insucesso do aluno é significativa, pois ‘conselhos’, mesmo aqueles saudáveis, não parecem ser suficientes para lidar com a complexidade do mundo.

Sob esta ótica, e em consonância com os PCN, mais uma vez propomos que a conferir transversalidade à temática da alimentação/nutrição na escola é alternativa que abre espaço para a inclusão de saberes extra-escolares, possibilitando a referência a sistemas de significados construídos na realidade dos alunos, conferindo sentido social ao conhecimento (BRASIL, 1997).

Nesse contexto, o papel da escola vem se tornando cada vez mais importante na promoção da saúde, especialmente no que tange à alimentação. Neste ambiente, deve haver espaço para professores e alunos discutirem questões sobre alimentação e saúde, burilando temas como interpretação de mensagens veiculadas pela mídia, por exemplo (OCHSENHOFER et al. 2006).

O trabalho com os temas transversais exige tomada de posição diante de problemas fundamentais e urgentes da vida social contemporânea, como o fornecido pelo exemplo supracitado, o que requer reflexão sobre o ensino e a aprendizagem de seus conteúdos, sobre os valores, procedimentos e concepções a eles relacionados (BRASIL, 1997).

A escola surge, assim, como espaço privilegiado para o desenvolvimento de ações de melhoria das condições de saúde e do estado nutricional dos alunos, sendo um local estratégico para a concretização de iniciativas de promoção da saúde (SCHMITZ, 2008).

O que argumentamos neste texto, contudo, é que para fortalecer esse movimento de promoção da saúde é fulcral alargar a discussão para além das questões de ‘culpabilização’ dos alunos. Mais do que isso, acreditamos que pensar mecanismos que permitam um melhor viver representa compromisso da escola.

Assim, perguntamos aos entrevistados se a escola deve se ocupar de ações de educação/promoção de saúde, ao que todos responderam que sim, indicando que

[...] ah, se a criança está bem, vai aprender melhor, né? (professor 23).

Neste aspecto, é consensual que a escola representa um cenário privilegiado para refletir acerca deste tema e edificar possibilidades coletivas a problemas que são comuns. Por exemplo, a diversidade cultural e o apelo ao consumo alimentar (em uma sociedade pautada pelo consumo, a alimentação se torna uma mercadoria tal como qualquer outra).

A esse propósito, a sociedade contemporânea, dominada pela lógica do mercado, pratica um sistemático mecanismo de fetichização das mercadorias ao qual a alimentação não escapa (CARNEIRO, 2005).

Frente a estas demandas que se colocam à vida na atualidade, Sobral (2008) conclui que a mais relevante contribuição que o PNAE pode dar para promover a saúde da comunidade escolar é promover o desenvolvimento dos recursos sociais e pessoais necessários para alcançar o estado de bem-estar. Isso pode ser feito criando-se nas escolas um ambiente favorável à aprendizagem, enquanto um processo social e permanente.

Não se pode relegar a segundo plano, nesse ponto, que para qualificar esse processo é preciso construir coerência entre o que se pretende ensinar aos estudantes e o que se faz na escola. Assim, por exemplo, será pouco provável ter sucesso no ensino de autocuidado e higiene em uma escola que não disponha de local e material adequado e suficiente para que todos façam a higiene de mãos.

Igualmente, não se poderá esperar uma mudança de atitudes em relação ao desperdício se não se realizarem na escola práticas que se pautem por esse valor. Também não farão sentido para os estudantes os conteúdos relativos à alimentação saudável se não forem coerentes com a alimentação concreta disponibilizada na escola e com as práticas alimentares dos demais atores sociais da escola.

Trata-se, portanto, de oferecer aos alunos, na escola, a perspectiva de que os conteúdos fazem sentido, criando oportunidades para que sejam vivenciadas coletivamente situações que os ilustrem no cotidiano. Essa concepção, inclusive, é importante para o desenvolvimento de mecanismos de enfrentamento e superação das dificuldades reais, estimulando as atitudes de autoestima, corresponsabilidade e participação social.

Neste estudo, os professores relataram que é necessário promover ações que visem uma boa saúde na escola, embora tenham reforçado a predominância da já indicada percepção restrita aos matizes biológicos e prescritivos:

A educação abrange todos os aspectos da pessoa, e é preciso mostrar para os alunos que uma boa alimentação faz bem à saúde. Deve [o tema] ser trabalhado todos os anos com todas as turmas, que é para criar hábitos saudáveis desde pequeno (professor 2).

Considero que todas as ações que promovem o bem estar são positivas (professor 7).

O desenvolvimento de estratégias de promoção da alimentação saudável com a comunidade escolar está intimamente relacionado à educação alimentar e nutricional, a qual, vinculada à proposta de oferta de alimentação escolar do PNAE possibilita articular o comer com a comida, produzindo saberes que podem superar a lógica da oferta de comida para alcançar

formas ampliadas de pensar sobre o estar e o agir no mundo a partir do comer e da comida.

Mais do que isso, compreender a alimentação como um ciclo (plantio, produção, armazenamento, preparo, higienização, mercadorização, práticas o no cotidiano escolar, etc) parece representar uma abertura de possibilidades para o processo educativo ao conferir transversalidade a este que é um tema tão presente na vida cotidiana das pessoas e, talvez por isso mesmo, tão ‘naturalizado’ e pouco problematizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluirmos este artigo, cabe ressaltar que um ponto importante de ser considerado é que a ‘alimentação escolar’ não é sinônimo de ‘merenda escolar’ e que suas interfaces, desafios e possibilidades compõem uma problemática que diz respeito a toda comunidade escolar. Este ponto caracteriza a importância do tema em diferentes disciplinas, tornando-o transversal no cotidiano da escola.

Portanto, não se trata de tema específico para ‘especialistas’, mas de tema complexo e multifacetado, afeto a docentes que trabalham com os alunos no cotidiano das aulas. Certamente, um especialista no campo da Nutrição teria possibilidades e compromisso de qualificar a intervenção dos professores, na medida em que ele também qualifique sua compreensão sobre o contexto escolar e sobre seu papel como educador, no âmbito da promoção da saúde pelo viés da educação alimentar e nutricional.

Esta concepção se refere, em síntese, a um processo de aprendizado coletivo, em que professores e, neste caso, nutricionistas, podem compartilhar, ampliar e construir saberes, com vistas à superação dos desafios apontados neste texto para a promoção de modos de viver mais saudáveis que qualifiquem a inserção dos sujeitos no mundo.

Argumentamos que este movimento é necessário e urgente, especialmente pela obviedade da constatação de que ‘conselhos saudáveis’ não são suficientes, pois alocam o problema no sujeito, desconsiderando questões culturais, religiosas, sociais e econômicas. Via de regra, ‘conselhos’ levam à individualização da culpa, tendo em vista as dificuldades de uma alimentação saudável no contemporâneo.

Como exemplo, pontuamos que a contaminação ‘invisível’ de alimentos por agrotóxicos, o excesso de sal, gordura e açúcar, entre outros problemas encontrados em significativa parcela dos alimentos produzidos e comercializados, restringem o leque de possibilidades de uma alimentação com pretensões de ser saudável.

Temas complexos necessitam de abordagens complexas. Projetos coletivos que abordem diferentes aspectos sobre o tema poderiam representar possíveis saídas para esta discussão. No mínimo, se faz necessário alargar a compreensão de professores e nutricionistas na direção de avançar para além da ideia de pirâmide alimentar, ainda tão comum no âmbito escolar. A composição da alimentação necessita ser problematizada e contextualizada, postura que não recomenda métodos e respostas universalizantes.

Nessa direção, aproximações entre universidade e escola, por meio de projetos coletivos

de intervenção, edificados em processos de formação continuada colaborativos e alongados, representam uma saída na direção de qualificar nossas possibilidades de enfrentamento ao tema central deste artigo. Daí a necessidade de um maior número de pesquisas de cunho crítico, como possibilidade de, pelo exercício da crítica, alçar o debate a níveis mais elaborados.

Também se faz necessário analisar a legislação com um olhar mais cuidadoso e crítico. Ou seja, leis são construídas por seres humanos, portanto, sujeitas às virtudes e às limitações do humano. Desta forma, necessitam olhar atento, sob risco de idealizarmos determinações legais que, se podem promover avanços, também representam limites a serem enfrentados.

Portanto, concluímos esta empreitada com a compreensão de que ainda temos muito trabalho pela frente, diante da complexidade do tema. Se o desafio de abordar o tema alimentação de forma transversal no contexto escolar não pode ser tratado de forma idealizada, romântica, como se fosse possível, através disso, resolver problemas históricos, tal empreitada parece se manifestar como uma possibilidade de ação, em um momento no qual o 'cruzar os braços' parece não representar a melhor saída.

REFERÊNCIAS

ALESSI, Neiry Primo. Conduta alimentar e sociedade. **Medicina**, Ribeirão Preto, v.39, n. 3, p. 327-332, jul./set. 2006.

BARBOSA, Najla Veloso Sampaio; MACHADO, Neila Maria Viçosa; SOARES, Maria Cláudia Veiga e PINTO, Anelise Regina Royer. Alimentação na escola e autonomia: desafios e possibilidades. **Ciência e Saúde Coletiva**. v.18, n.4, 2013. p.937-945.

BEZERRA, José Arimatea Barros. Alimentação e escola: significados e implicações curriculares da merenda escolar. **Revista Brasileira Educação**, v.14, n.40, p. 103-115. 2009.

BOSCHI, ME. Alimentação e educação: um direito infantil nas Américas. In: **Portal Educacional das Américas**. Buenos Aires: Argentina, 2004.

BRASIL. **Lei nº 11947 de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 de junho de 2009. Seção 1, p.2.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas**. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais, ética / Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília:

MEC/SEF, 1998.

CARNEIRO, Henrique S. Comida e sociedade: significados sociais na história da alimentação. **História: Questões & Debates**, Curitiba, v. 42, s.n., p. 71-80, jun. 2005.

CHAVES, L. G. et al. Programa Nacional de Alimentação Escolar: compromisso com a saúde pública. **Nutrição Profissional**, São Paulo, v.3, n.12, p.22-27, abr. 2007.

DOMENE, Semíramis Martins Álvares. A escola como ambiente de promoção da saúde e educação nutricional. Revista **Psicologia USP**, v.19, n.4, p. 505-517. 2008.

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Alimentação Escolar**. Disponível em <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>. Acesso em 18/04/2013.

GONZÁLEZ, Fernando Jaime; FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo. Entre o “não mais” e o “ainda não”: pensando saídas do não-lugar da EF escolar I. **Cadernos de Formação RBCE**, v. 1, p. 9-24, set. 2009.

HOLLAND, Cecília Vasconcelos. **A creche e seu papel na formação de práticas alimentares**. [Dissertação]. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP, 1999.

OCHSENHOFER, Karina.; QUINTELLA, Luiz Cesar Mesquita; SILVA, Elaine Cristina; NASCIMENTO, Ana Paula Branco; RUGA, Gláucia Maria Navarro Abreu; PHILIPPI, Sônia Tucunduva; SZARFARC, Sophia Cornbluth. O papel da escola na formação da escolha alimentar: merenda escolar ou cantina? **Nutrire**, v. 31, n. 1, p. 1-16, abr. 2006.

SANTOS, L. M.P.; SANTOS, S. M. C.; SANTANA, L. A. A.; HENRIQUE, F. C. S.; MAZZA, R. P. D.; SANTOS, L. A. S.; SANTOS, L. S. Avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e combate à fome no período 1995-2002. 4 – Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Cadernos de Saúde Pública**, v.23, n.11, p.2681-2693, nov. 2007.

SANTOS, Ligia Amparo da Silva. O fazer educação alimentar e nutricional: algumas contribuições para reflexão. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.17, n.2, p. 455-462. 2012.

SAVIANI, Demerval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 17ed. Campinas, SP: Autores associados. 2007.

SCHMITZ, Bethsáida de Abreu Soares et al. A escola promovendo hábitos alimentares saudáveis: uma proposta metodológica de capacitação para educadores e donos de cantina escolar. **Caderno de Saúde Pública**. v.24, 2008. p. 312-322.

SOBRAL, Francine. **Programa Nacional de Alimentação Escolar: sistematização, importância e presença no município de Monte Alto-SP**. [Dissertação]. Araraquara: Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/UNESP, 2008.

